

# A URBANIZAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL E O PAPEL DAS CIDADES NA REDE URBANA REGIONAL

Orlando Moreira Junior<sup>1</sup>  
Walter Guedes da Silva<sup>2</sup>

## Resumo

O objetivo deste ensaio é analisar o processo de urbanização no estado de Mato Grosso do Sul e identificar os papéis assumidos pelas cidades na rede urbano-regional. Para tanto, utiliza-se como apoio o quadro geral da rede urbana elaborado pelo Regic e as diversas formas de regionalizações existentes no estado. Com base nestes e no estudo populacional, é possível identificar um cenário urbano rarefeito, sem a consolidação de cidades de porte médio que exercem papel intermediário na rede urbana. Deste modo, algumas cidades pequenas ampliam seus espaços de influência e estabelecem relações com cidades hierarquicamente superiores, figurando-se como micro polos geográficos de ligação.

**Palavras-chave:** rede urbana; regionalização; micro polo geográfico de ligação; Mato Grosso do Sul.

## THE URBANIZATION OF MATO GROSSO DO SUL AND THE FUNCTION OF CITIES IN REGIONAL URBAN NETWORK

### Abstract

The main of this paper is to analyze the urbanization process in the state of Mato Grosso do Sul and identify the function assumed by the cities in regional urban network. For this, as support, the general study of the urban network elaborated by Regic and the various forms of regionalization existing in the state are used. Based on these and population study, it is possible to identify a rarefied urban setting without consolidated medium -sized cities which performs an intermediary function in the urban network. Thus, some small towns expand their influence areas and establish relationships with superordinate cities, becoming geographical micropolo of connection.

**Keywords:** urban network; regionalization; geographical micro polo of connection; Mato Grosso do Sul.

## INTRODUÇÃO

O Brasil possui significativas diferenças regionais em relação aos processos atrelados à urbanização e aos aspectos econômicos. Por ser um

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: orlandomoreirajunior@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professor Adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: guedes@uems.br

país com dimensões continentais, com cerca de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, ao abordar a urbanização brasileira deve-se respeitar a heterogeneidade nacional e as especificidades regionais e locais. Cidades de diferentes tamanhos territoriais e populacionais assumem formas, funções e estruturas distintas nas diversas regiões do país, desempenhando papéis diferenciados na rede urbana e estabelecendo diferentes níveis de interdependência entre si e em relação ao campo.

A diversidade urbana e o alcance da urbanização no território nacional são expressões dos desequilíbrios regionais. Tanto a concentração populacional, quanto a centralidade de gestão estão relacionados aos nexos econômicos e ao grau de polarização exercidos pelas cidades que assumem importância cada vez mais significativa na organização do território. De acordo com dados do censo do IBGE, em 2010 cerca de 85% da população brasileira vivia nas 5.565 cidades espalhadas por todo território nacional. Todavia, a distribuição da população não ocorre de maneira uniforme, tampouco existe uma tipologia única de cidades que comportam tal população. A intensificação da divisão territorial do trabalho e a reestruturação da atividade produtiva ante mudanças de ordem econômica vêm redefinindo a intensidade e a qualidade da circulação e fluxos de pessoas, mercadorias, serviços e capital, em diferentes escalas.

Assim, a dinâmica urbano-regional, a rede urbana e suas interfaces devem ser interpretadas a partir dos diferentes contextos regionais, considerando as especificidades históricas e geográficas que ajudam a explicar a ocupação territorial e os meios pelos quais se constituiu a rede de cidades dos estados, das regiões e do país como um todo. Por conta disto, é importante refletir acerca dos processos que envolvem a dinâmica da urbanização a partir de diferentes contextos espaciais.

Nesta direção, este texto visa apresentar elementos e aspectos que caracterizam a urbanização no estado do Mato Grosso do Sul, a fim de compreender o significado e o papel que as cidades assumem nas redes urbanas nacional e regional. Para tanto, além da introdução e das considerações finais, o texto está organizado em três partes. Primeiramente, busca-se analisar a urbanização no estado do Mato Grosso do Sul e identificar como se constitui a rede de cidades. Em seguida, serão apresentados, diante da estrutura e dinâmica da rede urbana, os diversos processos de regionalização do território sul-mato-grossense. Por fim, diante do quadro urbano-regional do estado, será analisado o papel que as cidades (em especial as pequenas) constituem enquanto nós importantes na rede de relações e articulações socioeconômicas e espaciais.

## A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

O estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, com a divisão da parte sul do estado de Mato Grosso, mas instalado em 1º de janeiro de 1979. Apesar de sua criação ter ocorrido somente em 1977, os movimentos separatistas que almejavam dividir

o estado de Mato Grosso em duas Unidades Federativas, norte e sul, remontam ao ano de 1900, quando migrantes sulistas disputavam terras com a Cia Matte Larangeira.

Segundo Silva (2011, p. 112), a mesma foi fundada em 1883 com o propósito de explorar os ervais nativos no sul do Estado de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul, e que até o final dos anos de 1930 do século XX impôs “domínio e controle territorial que impediram/limitaram o desenvolvimento de outras atividades econômicas e a ocupação regional”.

A vinda dos migrantes para o sul do estado de Mato Grosso causou transtornos para a empresa, pois aqueles não estavam dispostos a viverem submissos aos mandos da Cia. Juntamente com coronéis e fazendeiros de gado instalados no sul do Estado, a vinda dos gaúchos foi decisiva para fomentar um regionalismo que se opunha ao poder dominante do Norte, revertendo-se em movimentos separatistas.

A insatisfação dos sulistas repousava na ausência do Estado como mediador e interventor regional, o que contribuiu para que fundassem, em 1900, o primeiro movimento separatista do estado de Mato Grosso. Uma das maiores queixas do movimento residia no fato de que, para produzir em terras de concessão da Cia Matte Larangeira, os sulistas precisavam da autorização da mesma para regularizar qualquer atividade econômica que estivesse nas áreas destinadas à exploração dos ervais. Competia ao migrante duas tarefas: primeiro, provar que a terra almejada para o desenvolvimento de qualquer atividade não era destinada à cultura da erva-mate – e aqui residia o primeiro problema; segundo, era necessário que os políticos de Cuiabá autorizassem o desenvolvimento de outra atividade que não fosse a erva-mate – eis aqui o segundo problema, pois os donos da Cia Matte Larangeira, que não queriam autorizar a instalação dos pecuaristas em suas terras, ocupavam cargos nos governos federal e estadual.

Os sulistas fugitivos da Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande de Sul, em 1895, se organizaram e iniciaram os primeiros movimentos separatistas no atual município de Nioaque; para isso, tiveram o apoio de uma rica classe de sulistas que financiaram os dois movimentos separatistas que mais se destacaram na região, conhecidos como Revolução de Jango Mascarenhas e Revolução da Paz.

A Revolução de Jango Mascarenhas foi liderada por João Ferreira Mascarenhas, líder do partido autonomista, fazendeiro e comerciante no município de Nioaque. Mascarenhas foi presidente da Intendência Municipal (equivalente a prefeito), comandante das forças patrióticas do sul, deputado estadual por Nioaque e vice-presidente do Estado de Mato Grosso. Depois de muitos conflitos armados com as forças oficiais do Estado e da Cia Matte Larangeira, seu movimento foi derrotado e ele foi morto em combate em 1901. Já o Movimento Revolução da Paz, foi liderado por Bento Xavier, um fazendeiro de Bela Vista que combateu de 1907 a 1911 em prol da separação do Estado.

A partir de 1912, novas propostas para solucionar o conflito em torno da exploração de atividades econômicas na região de domínio da erva-mate surgiram, como a do parcelamento e do arrendamento das terras entre os imigrantes sulistas. É importante destacar que o movimento separatista

organizado por coronéis e imigrantes sulistas não visava uma simples desarticulação do poder da companhia; era, antes, a melhor forma de se obter independência do norte e de consolidar o poder da elite regional do sul do Estado.

Apesar de não terem, na época, atingido seu objetivo, que era formar uma nova unidade federativa com a divisão do estado de Mato Grosso, os sulistas não desistiram de seus ideais e, em 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder, uniram-se aos paulistas insatisfeitos pela forma com que Vargas assumira o poder e lutaram por uma nova constituição, iniciando o movimento de Revolução Constitucionalista.

O movimento se organizou ao ponto de fundarem, em 11 de julho de 1931, o estado de Maracaju, elegendo Campo Grande como a capital do novo estado. Imediatamente, o governo do estado de Mato Grosso enviou as tropas de Cuiabá para desarticular o grupo separatista, mas não obteve sucesso, pois as forças do movimento localizadas em Coxim impediram o avanço das tropas vindas de Cuiabá. Entretanto, em 1932, com o enfraquecimento dos separatistas paulistas, o movimento foi derrotado. Suas ideias, porém, permaneceram e, em 1934, foi criada a Liga Mato-grossense que manteve vivo, durante décadas, o ideal separatista do estado de Mato Grosso.

Apesar das intenções para separar a parte sul do estado de Mato Grosso remontarem ao ano de 1900, a criação da nova unidade federativa no sul desse estado só ocorreu em 1977, quando o Ministério do Interior, a partir de 1975, realizou estudos visando a viabilidade, conveniência e oportunidade do desmembramento. Segundo pronunciamento do Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, existiam razões históricas que justificavam a divisão do estado de Mato Grosso: a “região Norte apresenta características pré-amazônicas e reúne grandes possibilidades nas atividades agropecuárias, florestais e de mineração”; diferente é a região sul “com extraordinária potencialidade agrícola, [...] liga-se aos grandes centros de produção da região sudeste e ao Paraná e aos corredores de exportação de Santos e Paranaguá”. (REIS, 1997, p. 4).

A criação do estado de Mato Grosso do Sul evidenciou uma conjuntura de reprodução do capital que o aproximou dos moldes de acumulação capitalista presentes no sudeste, em especial no estado de São Paulo. O novo estado da federação foi fruto do processo de uma divisão regional do trabalho e já nasceu como filho da política agroexportadora, possibilitando que as atividades agrícolas fossem pensadas e desenvolvidas dentro do moderno sistema produtivo mundial, o que influenciou, diretamente, o papel das cidades na rede urbana regional.

## COMO SE CONSTITUI A REDE DE CIDADES NO MATO GROSSO DO SUL

Por ser um estado recente, seu entendimento histórico-geográfico possui associações diretas com a contextualização do Mato Grosso, em particular, e com toda região Centro-oeste, no geral. Isto significa afirmar que se trata de uma porção do território brasileiro que possui determinantes, condições e

dinâmicas particulares que atribuem características específicas ao processo de urbanização.

Segundo Sposito (1994), a urbanização moderna é um fenômeno intimamente vinculado à industrialização e ao capitalismo, no entanto, para o caso brasileiro, a ocupação territorial e o surgimento de cidades tiveram motivações variadas. Deffontaines (2004) [1938] descreveu, de forma detalhada, como se desenhou o processo de urbanização no território brasileiro até a década de 1930, oriundas das mais diversas ocasiões: evangelização, pousos de tropas, entroncamentos de vias de circulação, minas, grandes construções e o próprio isolamento. O autor concluiu a existência de um quadro instável de cidades, não enraizadas e integradas, o que limitava a consolidação de uma rede urbana no país.

Este cenário, de modo diferenciado e seguindo novas nuances do contexto atual, ainda pode ser vislumbrado na leitura da difusão do fenômeno urbano no estado do Mato Grosso do Sul. A história de formação econômica e territorial do estado remonta a processos diversos que caracterizaram sua ocupação e povoamento. O movimento migratório (paulista, gaúcho, mineiro, paranaense, nordestino), em diferentes momentos e derivados de motivações diversas, representou um marco importante para efetiva ocupação do estado. Pode-se, grosso modo, identificar algumas determinantes que contribuíram para surgimento de cidades: militarismo (Corumbá); cidades da navegação (Corumbá, Porto Murtinho); exploração de erva-mate e a Companhia Matte Larangeira (Porto Murtinho; Ponta Porã); implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (impulsionou desenvolvimento demográfico e fortalecimento de cidades como Campo Grande e Três Lagoas); a implantação de companhias colonizadoras durante governo Getúlio Vargas (Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Deodápolis, Douradina, Jateí e Dourados); empresas colonizadoras (Baytaporã, Bataguassu, Brasilândia); patrimônios religiosos (Aquidauana<sup>3</sup>).

Nota-se, portanto, a variedade e complexidade dos fenômenos que envolveram os processos de urbanização no estado. Importante destacar, ainda, o papel e o significado histórico, social e político adquirido por famílias dos fazendeiros-colonizadores (família Garcia Leal; família Andrade; família Lopes; entre outras), as quais foram responsáveis tanto pelo surgimento de povoados – que deram origem a cidades – quanto pela nomenclatura dada a algumas delas. A questão fronteiriça e, conseqüentemente, a militarização também compuseram estratégias de defesa do Estado e construíram colônias militares. Igualmente, a construção de eixos de circulação – a ferrovia num primeiro momento, e a rodovia, posteriormente – foi basilar, não somente enquanto meio de penetração e para circulação, mas para as aglomerações que se consolidaram em torno delas.

---

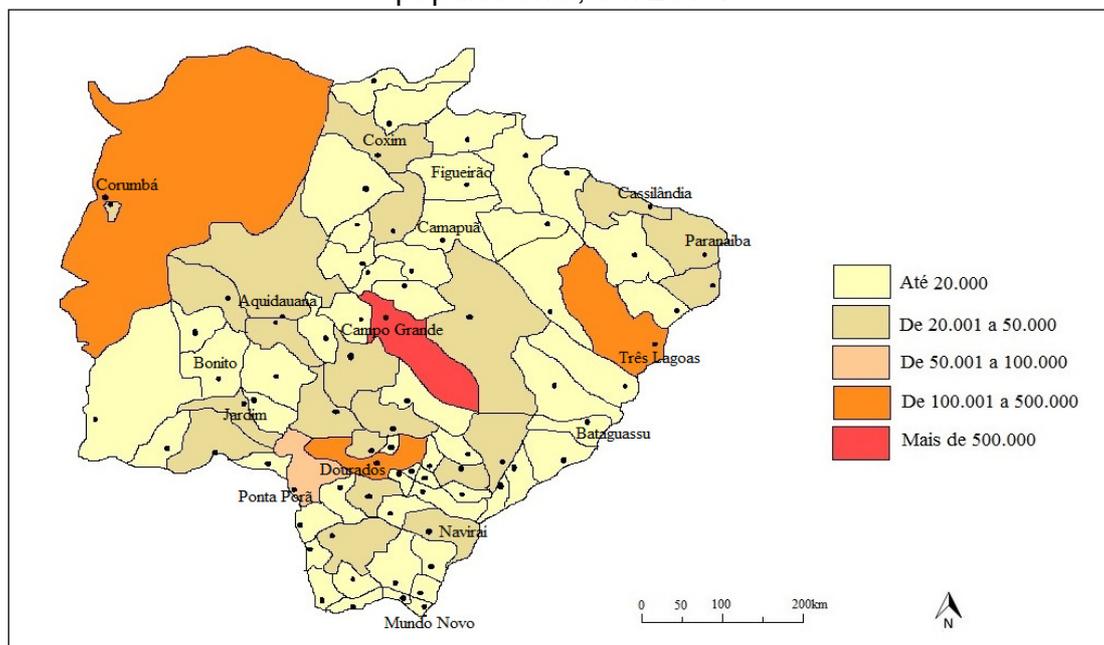
<sup>3</sup> “Em consequência de dissensões políticas na antiga cidade de Miranda, vários fazendeiros decidem fundar uma nova *praça* de reunião. Em 1885, em torno da família Alves Correia, eles se congregaram em uma fazenda, compraram uma terra perto do rio Aquidauana, empenharam-se em construir aí uma residência e levantaram uma pequena capela; progressivamente, outros fazendeiros se juntaram a eles e a população atingiu 1.000 almas; depois ela ficou estagnada em consequência da fundação de um outro patrimônio vizinho, Campo Grande, que teve um sucesso muito mais rápido e suplantou todos os outros núcleos anteriores”. (Deffontaines, 2004 [1938], p. 134 e 135)

Outro fator relevante que precisa ser considerado na análise da urbanização do Mato Grosso do Sul é a ocupação rural extensiva. A expansão da fronteira agropecuária foi pontuada por um número de cidades que foram criadas e que organizaram redes urbanas extremamente frágeis e, muitas vezes, isoladas, responsáveis pela articulação de economias regionais. Desde a criação do estado, a agropecuária tem sido a base propulsora da expansão econômica e da consolidação de pequenas e médias cidades de apoio à atividade produtiva, ou seja, formação de centros urbanos que visam atender a demanda do campo modernizado. Isto significa que a principal atividade produtiva tem sido responsável pela geração de renda não somente agrícola, mas também urbana.

É óbvio que, no cenário atual, novos atrativos econômicos são gerados, promovendo uma complexidade e diversidade da atividade produtiva estadual. Porém, no geral, permanecem conectadas às relações entre o urbano, o rural e o agrícola: o agronegócio; a agroindústria; os estabelecimentos de serviços especializados na manutenção da atividade agropecuária; a logística de transporte; o ecoturismo; entre outros.

Atualmente, o estado possui população de 2.449.024 habitantes, distribuídos nos 79 municípios existentes. Mesmo se tratando de um estado com estreitas relações com o campo e a atividade produtiva vinculada ao setor primário, a taxa de urbanização estadual é elevada: 86% viviam nas cidades em 2010, de acordo com dados do censo<sup>4</sup>. A figura 1 representa este cenário, por meio da espacialização dos municípios por classe de tamanho populacional, com base nos dados do censo.

Figura 1: Municípios do estado de Mato Grosso do Sul, por classe de tamanho populacional, em 2010.



Fonte: Censo Demográfico 2010 – IBGE.

Org.: autor.

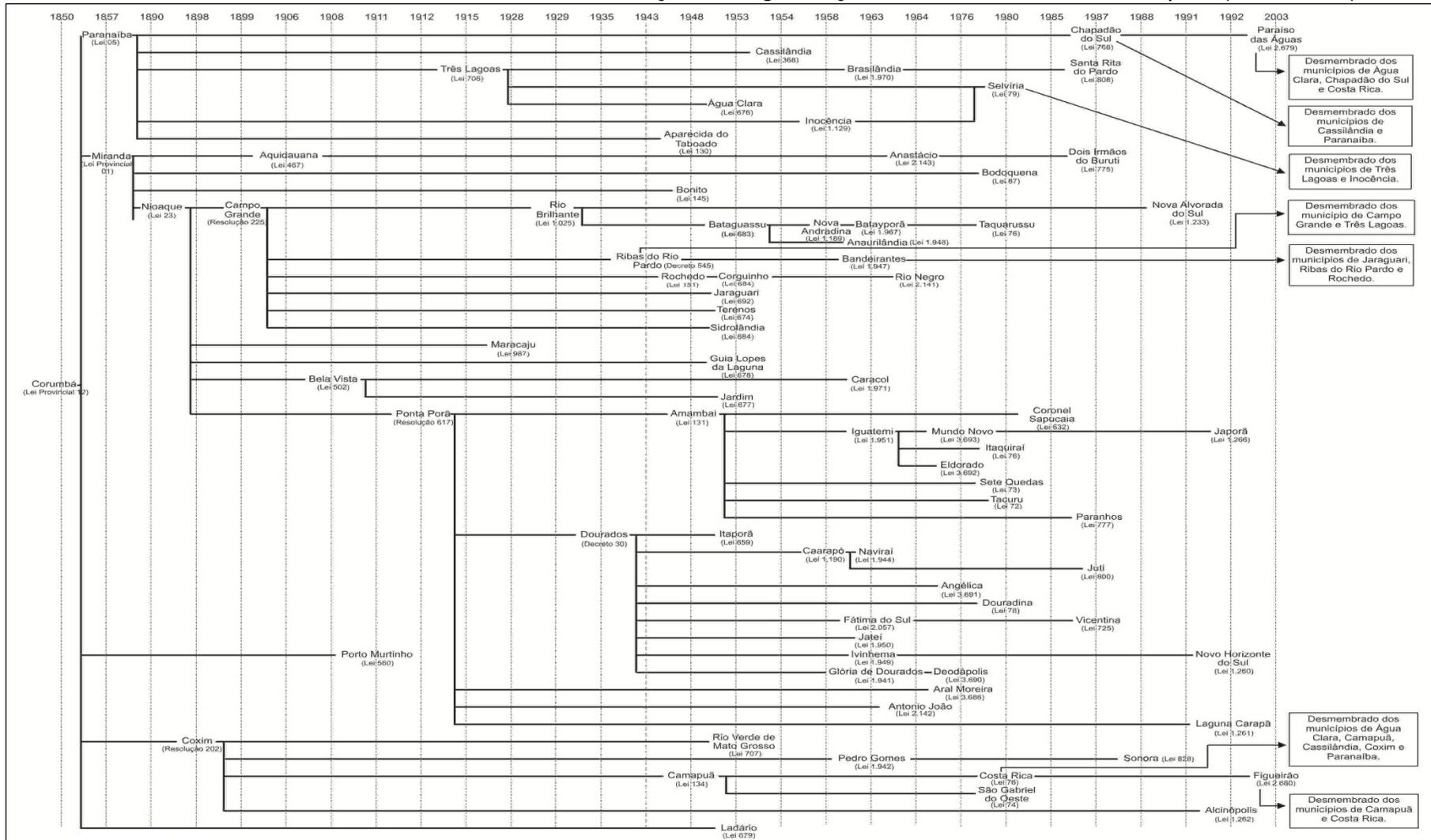
<sup>4</sup> No censo de 1980, primeiro realizado após a criação do estado, a taxa de urbanização do Mato Grosso do Sul era de 67%.

O exercício analítico-cartográfico expressa a representação de um dado momento. Na espacialização da distribuição demográfica, por classes de tamanho, no estado, fica evidente o predomínio de municípios com população inferior a 20 mil habitantes.

A configuração territorial atual é resultado de um cenário de sucessivos desmembramentos territorial-administrativos dos municípios. Um exercício sucinto acerca do histórico de formação e desmembramento territorial dos mesmos pode ser efetuado com base em pressupostos legais circunscritos historicamente, os quais permitem identificar os períodos de criação (quadro 1). Estes estão diretamente ligados à ascendência dos princípios presentes nas Constituições brasileiras.

## A urbanização do Mato Grosso do Sul...

**Quadro 1: Estado de Mato Grosso do Sul – Evolução da organização administrativa dos municípios (1850-2003)**



Fonte: IBGE.  
Org.: autor.

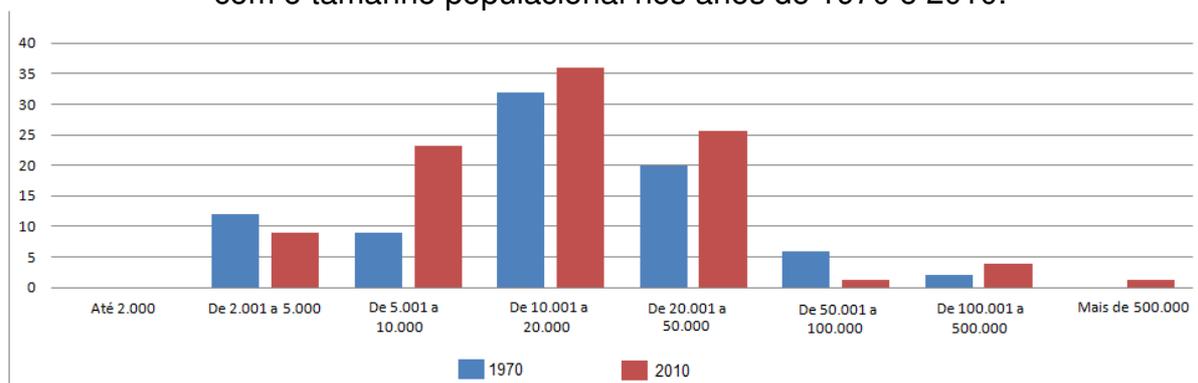
Este quadro é resultado de processos históricos que engendraram a estruturação territorial e administrativa das municipalidades. Importante frisar que, historicamente, motivações diferenciadas induziram aos sucessivos desmembramentos que resultaram na atual configuração territorial sul-mato-grossense.

Na recente história do estado, é importante correlacionar o quadro urbano e econômico com seus desdobramentos na espacialização da população. Em 1970 eram 50 municípios que, a partir de processos de desmembramentos, deram origem a novas municipalidades. Por se tratar de um estado novo, a configuração e dinâmica territorial tendem ser modificadas muito mais rapidamente pela criação de novos municípios. No ano de 1976, foram criados cinco municípios: Angélica, Deodápolis, Eldorado, Aral Moreira e Mundo Novo. Nos anos que se seguiram continuaram intensos os processos de criação de municípios, que pode ser observado no quadro 1.

No período pós Constituição de 1988, a qual delegou aos estados a competência de criar novos municípios, intensificaram-se os desmembramentos territorial e administrativo no país como um todo. No estado de Mato Grosso do Sul houve, em 1988, a criação do município de Sonora. Posteriormente, em 1991, Nova Alvorada do Sul; em 1992, Alcínópolis, Laguna Carapã, Japorã, e Novo Horizonte do Sul se emanciparam. Mais recentemente, no ano de 2003, Figueirão<sup>5</sup> e Paraíso das Águas chegaram à categoria de município.

Estas informações são importantes para análise, nos gráficos 1 e 2. Neles estão registrados alguns dados sobre o território sul-mato-grossense, que permitem um entendimento sobre suas transformações populacionais e espaciais entre 1970 e 2010. Para tanto, foram divididos os municípios por grupos de tamanho, a fim de explorar a participação destes grupos na composição da população da região no período analisado.

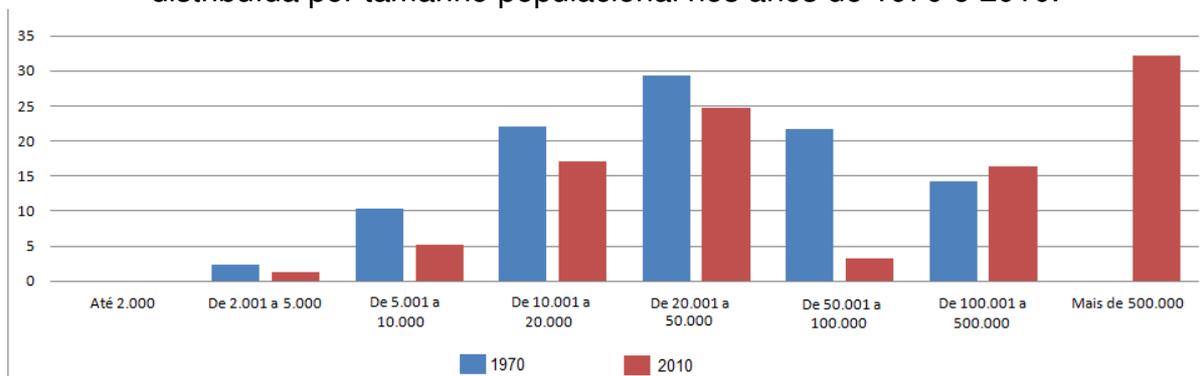
Gráfico 1: Percentual do número de municípios de Mato Grosso do Sul, de acordo com o tamanho populacional nos anos de 1970 e 2010.



Fonte: Censos Demográficos 1970 e 2010 – IBGE.  
Org.: autor.

<sup>5</sup> Segundo censo de 2010, Figueirão, com 2.928 habitantes, é o município menos populoso do estado, enquanto o maior contingente populacional está na capital do estado (Campo Grande) com 786.797 habitantes.

Gráfico 2: Percentual da população dos municípios de Mato Grosso do Sul, distribuída por tamanho populacional nos anos de 1970 e 2010.



Fonte: Censos Demográficos 1970 e 2010 – IBGE.  
Org.: autor.

Com relação à classificação dos municípios por tamanho populacional, fica claro que as classes que apresentaram os maiores crescimentos percentuais, no período de 1970 a 2010, foram as de 10 a 20 mil (passou de 16 municípios para 28) e de 20 a 50 mil (passou de 10 para 20 unidades territoriais). Em contrapartida, na categoria de municípios de 50 a 100 mil houve redução de 3 para 1. Enquanto aqueles com mais de 100 mil passou de 1 para 4, sendo que a capital estadual é a única com mais de 500 mil habitantes.

Resumidamente, há predomínio de cidades pequenas, sedes dos 53 municípios sul-mato-grossenses com população inferior a 20 mil habitantes (se acrescentarmos a população até 50 mil, chega-se a 73, ou seja, 94% dos municípios do estado). Estes dados não têm importância somente pelos números em si mas, principalmente, pelo que representam político-administrativamente e nas dinâmicas territoriais. Ademais, expõem a questão da distribuição da população, das interações socioeconômicas e do desenvolvimento territorial como um todo.

Ao contrário do quadro territorial, no qual se mantiveram o predomínio de cidades pequenas, a dinâmica populacional apresentou alterações significativas<sup>6</sup>. É notável que a tônica, que imperou no estado, foi a do crescimento contínuo, mas não homogêneo. No gráfico 2, fica evidente que houve alterações significativas na distribuição da população segundo o tamanho demográfico municipal entre os anos de 1970 e 2010.

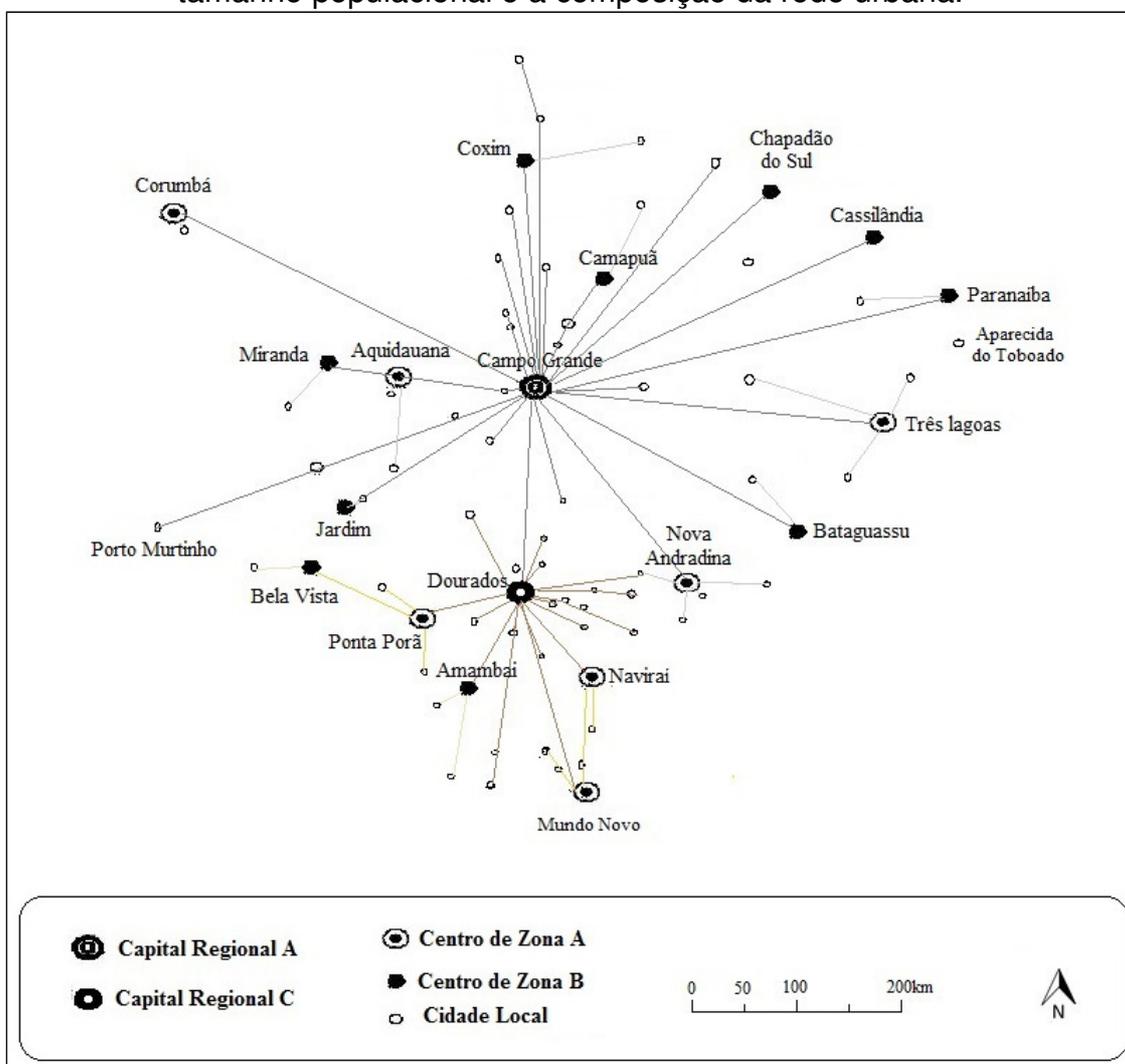
De modo geral, em 2010, 23% da população encontrava-se nos municípios com menos de 20 mil habitantes, ou seja, aqueles que representam 68% das municipalidades estaduais. Em contrapartida, a maior concentração populacional encontra-se na capital do estado, que abriga 32% da população do estado. Vale destacar, ainda, a importância das cidades da classe de 20 a 50 mil habitantes, nas quais estão 25% de toda população sul-mato-grossense.

Com base nestes dados, Oliveira; Paixão; Yonamini (2011), constataram a concentração populacional no estado em apenas cinco municípios: Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Corumbá e Ponta Porã. Isto evidencia uma lacuna na estruturação urbana estadual. O predomínio de cidades pequenas e a ausência de cidades intermediárias tem representado uma questão significativa para a formação e consolidação da rede urbana.

<sup>6</sup> Para melhor compreensão da dinâmica demográfica, é necessário avaliar as características estruturais (sexo, idade, trabalho, renda) da população e o papel das migrações. No entanto, este artigo focará, prioritariamente, no crescimento populacional.

O desenho da rede remete a uma análise a partir dos processos ligados à economia e à urbanização. Estes não podem ser compreendidos desvinculados da divisão territorial do trabalho, da dimensão populacional e da localização geográfica das cidades. Este conjunto ajuda a explicar as conexões que se estabelecem a partir dos fluxos de bens, serviços, informações e pessoas, e que assumem uma estrutura espacialmente hierarquizada. Como produto da análise desenvolvida a partir das relações entre população, economia e gestão territorial, e procurando integrar a polarização segundo as regiões de influência estabelecidas pelo IBGE (BRASIL, 2008), a figura 5 traz a composição da rede urbana sul-mato-grossense. Para o IBGE, as cidades são classificadas em cinco grandes níveis, com suas subdivisões: metrópoles (grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole); capital regional (capital regional A, capital regional B e capital regional C); centro sub-regional (centro sub-regional A e centro sub-regional B); centro de zona (centro de zona A e centro de zona B) e centro local.

Figura 2: Integração dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul, segundo o tamanho populacional e a composição da rede urbana.



Nota-se que nem todos os níveis estão presentes no estado. Campo Grande é considerada como Capital Regional “A”, categoria que “possui capacidade de

gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios” (IBGE, 2008). Dourados também possui destaque na composição da rede urbana e tem, entretanto, um padrão de localização regionalizado.

Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã, Naviraí, Aquidauana, Nova Andradina e Mundo Novo são classificadas como Centro de Zona “A”, cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata. Dez cidades (Paranaíba, Amambai, Coxim, Camapuã, Miranda, Jardim, Bela Vista, Cassilândia, Chapadão do Sul e Bataguassu) são Centros de Zona “B”. As demais sessenta são qualificadas de Centro Local, “cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes” (IBGE, 2008).

Embora não seja o único fator a ser considerado, o tamanho populacional assume um papel importante para a constituição da rede urbana. Afinal, as características demográficas são sempre um aspecto tão dinâmico e mutável que influencia e é influenciado pelos demais fatores. Considerando a classe de tamanho populacional juntamente com as interligações por meio de vias de circulação (as rodovias), a figura evidencia a formação de uma rede urbana hierarquizada e polarizada, intimamente ligada à capital do estado.

Todavia, complexidades são adicionadas à análise da rede urbana sul-mato-grossense, derivadas de diversos fatores. A fronteira é uma das principais, uma vez que muitas cidades, especialmente as cidades-gêmeas, possuem articulações que extrapolam o território nacional. Bela Vista, Corumbá, Mundo Novo, Paranhos, Porto Murtinho e Ponta Porã estabelecem ligações estreitas com suas vizinhas estrangeiras. Oliveira et al. (2011), destacaram que cidades localizadas na faixa de fronteira apresentam níveis de centralidade superior e intermediária na hierarquia urbana. Corumbá, Ponta Porã e Mundo Novo são classificadas como centros de zona “A”, desempenhando funções fundamentais aos fluxos estabelecidos, inclusive aqueles destinados aos países vizinhos.

O “isolamento” também gera particularidades para a estruturação urbana estadual. Corumbá, por exemplo, isolada na planície pantaneira, tem ampliada relação com as cidades bolivianas, enquanto Cassilândia e Chapadão do Sul possuem estritas relações com cidades goianas. Mundo Novo, por sua vez, devido à sua localização geográfica, estreitam suas ligações tanto com o Paraná quanto com cidades paraguaias. De forma diferenciada, Três Lagoas também possui ligações com cidades paulistas devido à proximidade territorial.

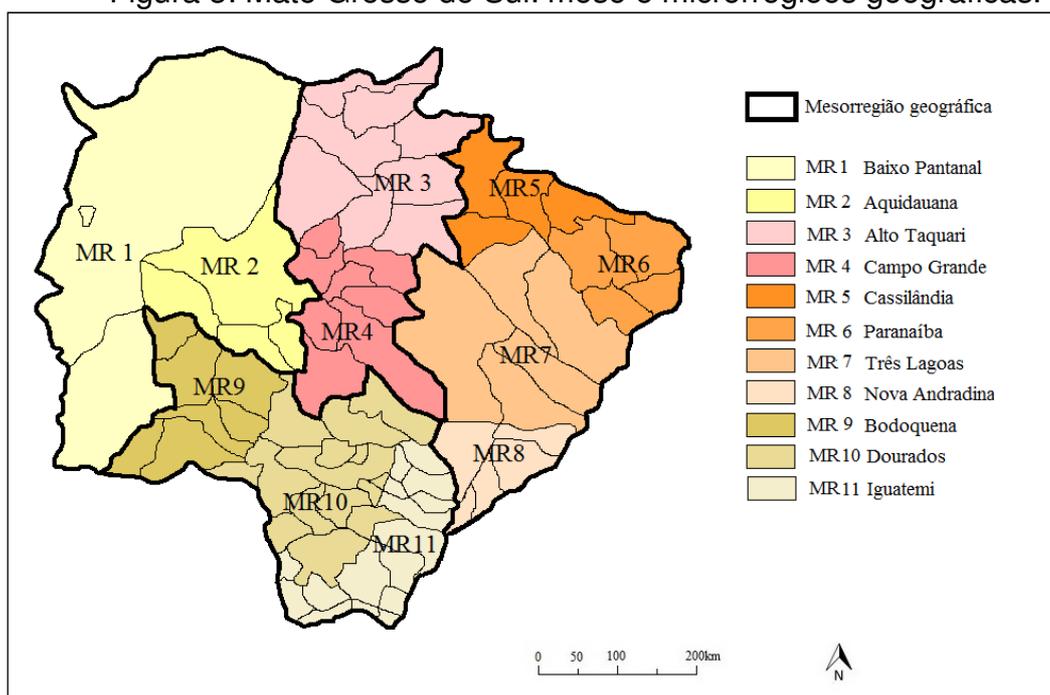
Portanto, a concentração e polarização da capital do estado, relacionadas a questões de proximidade, descontinuidade, isolamento e possibilidades de integração (intraestadual, interestadual e internacional) devem ser consideradas no entendimento dos nexos econômicos que se desenvolvem e na avaliação da intensidade e qualidade da circulação e dos fluxos que se estabelecem, em diversas escalas. Estes aspectos não podem ser negligenciados na compreensão da dinâmica urbana e regional constituídas no estado do Mato Grosso do Sul.

## REGIONALIZAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL: ENTRE ASPECTOS INSTITUCIONAIS E GEOGRÁFICOS

O desenho da rede urbana estadual evidencia a existência de duas regiões de influência no estado de Mato Grosso do Sul: Campo Grande e Dourados. Diante desta constatação, é relevante analisar os processos de regionalização do estado enquanto faceta da dinâmica organizacional de forças governamentais para poder compreender o arranjo regional tanto do ponto de vista da compartimentação do espaço com finalidades político-administrativas, quanto de articulações que organizam economias regionais.

Do ponto de vista institucional, o IBGE divide o estado em quatro mesorregiões (Centro-Norte; Leste; Sudoeste; e dos pantanais sul-mato-grossenses), subdivididas em onze microrregiões geográficas (figura 3). As mesorregiões e microrregiões são compostas por diversos municípios de uma determinada área geográfica com similaridades econômicas, espaciais e sociais. Embora na Constituição de 1988 esteja explicitado que uma Microrregião é um agrupamento de municípios limítrofes, cuja finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, esta divisão territorial tem sido mais utilizada para fins estatísticos.

Figura 3: Mato Grosso do Sul: meso e microrregiões geográficas.



Os avanços promovidos pelo IBGE, a partir da década de 1960, conduziram a processos de regionalização do país com foco na necessidade de fornecer bases para a tabulação de dados estatísticos. Tais levantamentos serviram de apoio para medidas de planejamento como políticas tanto econômica quanto territorial.

No Mato Grosso do Sul, desde sua criação, é possível identificar a intervenção planejadora, por meio de políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento territorial, como é o caso da Superintendência de Desenvolvimento

de Centro Oeste (Sudeco), importante promotora da expansão da fronteira agrícola no estado. Ao efetuar uma leitura sobre a dinâmica econômica recente do estado, Missio e Vieira (2014) destacam que, durante a década de 1970, houve diversas tentativas de fortalecer o desenvolvimento territorial, bem como expandir e modernizar a atividade produtiva (agricultura e pecuária), como: Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (Prodegran); Programa de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan); Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro); Programa Nacional do Alcool (Proálcool).

Sobre a atuação da Sudeco no estado do Mato Grosso do Sul, Silva (2011) destaca que sua criação foi fundamental para que o Centro-Oeste se integrasse à lógica da acumulação capitalista ao converter essa região em base de investimentos do capital agroindustrial, receptáculo de imigrantes, produtora de alimentos e expansão da fronteira econômica do país.

Nota-se, portanto, estratégias de caráter setorial e voltadas para determinadas partes do território apenas. Assim como ocorreu no país como um todo e em outros estados, no Mato Grosso do Sul as políticas territoriais tiveram embasamento na teoria dos polos de crescimento, que seria uma política de desenvolvimento por meio da concentração geográfica, na qual uma cidade polariza uma determinada região. Seu formulador, Perroux (1977), demonstrou que o crescimento não surge, simultaneamente, em todos os pontos do território, defendendo assim a ideia de dotar uma cidade de condições, de tal modo que ela pudesse irradiar o seu dinamismo aos espaços circundantes.

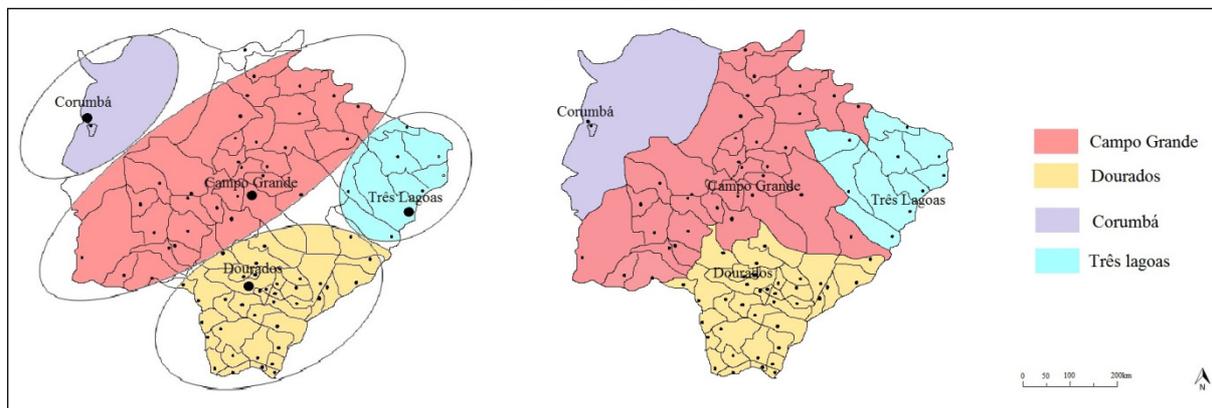
No entanto, sua implementação, no território brasileiro, em geral, e no estado de Mato Grosso do Sul, em particular, priorizou de forma mais acentuadas algumas cidades. Isto pode ser confirmado, por exemplo, na política de desconcentração industrial promovida pelo Estado. Foi neste contexto que houve “uma intensificação na implantação de distritos industriais pelo território nacional, entre os quais incluem-se os de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá” (SOUZA, 2008).

Isto ajuda explicar o porquê dessas quatro cidades concentrarem mais de 50% da população do estado. Embora elas possuam particularidades significativas, derivadas tanto de sua localização geográfica quanto de sua região de influência e dos nexos econômicos que nelas se estabelecem, é possível construir uma regionalização a partir da formação desses polos. O embasamento teórico, o conhecimento das políticas institucionais, a definição das mesorregiões geográficas pelo IBGE e o quadro apresentado pelo levantamento Regic-IBGE, dão suporte para elaborar um exercício analítico-cartográfico que representam a segmentação do território a partir das quatro cidades polos (figura 4). Além da concentração demográfica e de fluxos, elas representam importante polos industriais<sup>7</sup>, ainda em fase de expansão.

---

<sup>7</sup> “I) Polo de Campo Grande - com segmentos industriais de frigoríficos, farinhas, farelos e óleos, curtumes, indústrias de madeira, mobiliária, vestuário etc., liderado pelos municípios de Campo Grande, Terenos e Sidrolândia. II) Polo de Dourados - com indústrias de farelo e óleos vegetais, frigoríficos (carne bovina, aves e suínos), indústria do álcool e do açúcar, erva-mate, têxtil, curtumes, beneficiamento de arroz, destacando os municípios de Dourados, Fátima do Sul, Itaporã e Rio Brillante; III) Polo de Três Lagoas - com indústria frigorífica, láctea, biscoitos, cerâmica, embalagens, álcool e açúcar, curtume, papel e celulose, indústrias de bebidas e de madeira etc., com maior expressão nos municípios de Três Lagoas, Paranaíba e Aparecida do Taboado; e IV) Polo Industrial de Corumbá - com indústria extrativo-mineral, indústria de cimento, siderurgia, calcário, láctea, frigorífica e estaleiros, nos municípios de Corumbá e Ladário”. (MISSIO; VIEIRA, 2014, p. 182-183)

Figura 4: Identificação dos principais pólos de crescimento do estado de Mato Grosso do Sul.

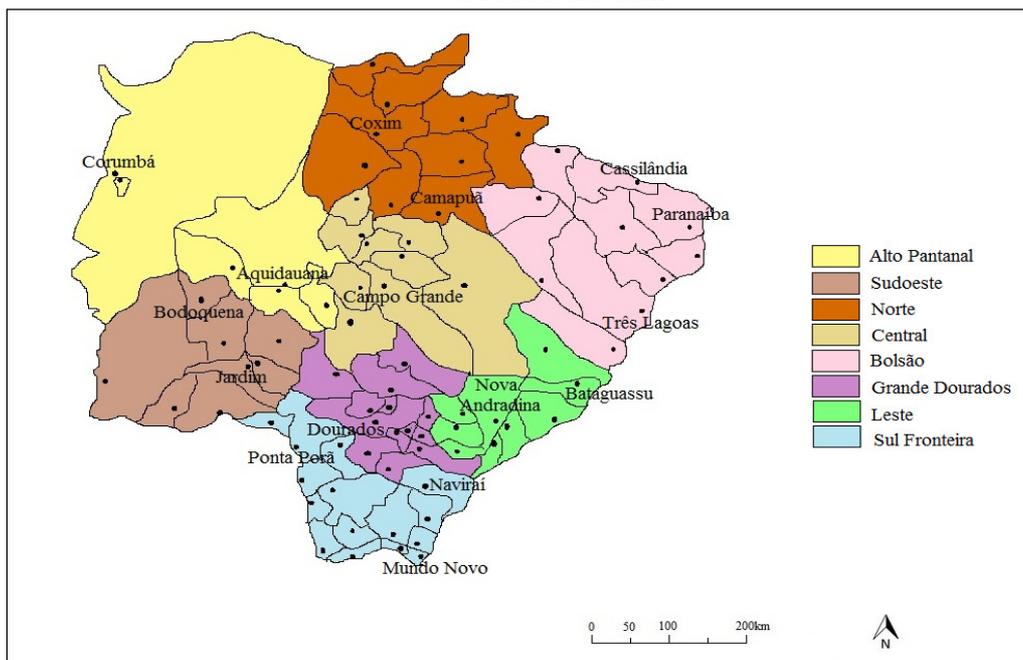


Fonte: construção própria a partir de diversas fontes.  
Org.: autor.

A tentativa de segmentação do território a partir dos polos de crescimento do estado demonstra que cada polo possui uma área muito ampla de abrangência, o que por si só promoveria impedimentos para que cada um deles pudesse construir condições de irradiar seu desenvolvimento econômico. Isto, atrelado a outros fatores, ajuda explicar a concentração em certos pontos do território estadual.

Numa perspectiva econômica, notadamente como proposta de ação governamental em sua dimensão territorial, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul, traz a divisão política do desenvolvimento regional composta por oito regiões. Na figura 5 está presente a representação da divisão do desenvolvimento regional, a qual pode ser, sobretudo, comparada com a divisão das microrregiões geográficas definidas pelo IBGE.

Figura 5: Divisão política do desenvolvimento regional do estado de Mato Grosso do Sul.



Fonte: Zoneamento Ecológico-Econômico do Mato Grosso do Sul.  
Org.: autor.

Nota-se que a divisão microrregional do estado não tem constituído, em si, uma entidade política e administrativa, enquanto a compartimentação apresentada na divisão política do desenvolvimento regional procura integrar municípios limítrofes dentro de um mesmo complexo geoeconômico, atrelada, sobretudo, as características geográficas do quadro da rede urbana estadual.

Representam, portanto, micro polos regionais que evidenciam a manifestação de novas potencialidades produtivas no estado. Tais atividades são expressão do vigor que vem assumindo a indústria extrativista mineral (Corumbá, Ladário, Bodoquena, Ribas do Rio Pardo); o setor sucroalcooleiro (concentrado principalmente no centro-sul do estado); o setor de papel e celulose (com destaque para o município de Três Lagoas - oeste do estado); e o turismo (especialmente os ligados a beleza natural, como é o caso de Bonito e Corumbá), as quais tem, sobretudo, fortalecido o setor de serviços a elas associadas, ampliando a complexidade e diversidade no campo econômico do estado.

No cenário contemporâneo, de redefinição das estratégias governamentais no contexto da integração nacional e de conexão dos espaços dinâmicos ao mercado externo, Souza (2008) já sinalizava a mudança de paradigma dos polos aos eixos. Tendo como prioridades a logística e a infraestrutura, especialmente ligada a transporte (rodoviário, ferroviário e hidroviário), no que tange às políticas econômicas e territoriais, o país parece adotar outra forma de regionalização atrelada aos eixos de integração e desenvolvimento. Investimentos em projetos estruturantes que têm beneficiado o Mato Grosso do Sul, como a construção do gasoduto Brasil-Bolívia, a Ferronorte e a hidrovía Tietê-Paraná, não promovem novas ondas localizadas de dinamização territorial, pelo menos não no estado, especialmente por se tratarem de infraestrutura de passagem. Os corredores rodoviários, empiricamente, ainda são os principais eixos estruturadores da rede urbana estadual, que se redefinem a partir da movimentação dos *commodities*. Neste contexto, atualmente, está em discussão a implantação da Rota Bioceânica, ligando Porto Murtinho aos portos no Norte do Chile, o que resultaria em mudanças na dinâmica territorial em diversos municípios do estado.

Nota-se, então, que os municípios sul-mato-grossenses estão sujeitos a uma série de contextos regionais diferenciados, os quais possuem um caráter institucional (administrativo), mas que também possui uma definição geográfica. Embora Campo Grande seja, ainda hoje, principal “polo irradiador e centralizador das ações distributivas do desenvolvimento do estado” (OLIVEIRA; PAIXÃO; YONAMINI, 2011), é possível identificar um quadro de reorganização produtiva e novos arranjos regionais que devem compor a pauta do entendimento acerca da tendência da organização do território e da urbanização do estado. A ausência de cidades com papéis intermediários revela uma lacuna significativa na composição da rede urbana, cuja estruturação urbana se caracteriza pelo número expressivo de cidades pequenas, as quais constituem um nó fundamental na rede de relações econômicas regionais.

## CIDADES PEQUENAS COMO MICROPOLO GEOGRÁFICO DE LIGAÇÃO: UMA HIPÓTESE

A urbanização, historicamente, tem representado importante meio de reafirmar a ocupação do território sul-mato-grossense. As cidades e as rodovias de penetração têm propiciado a circulação de bens, pessoas e capital. Por se tratar de

um estado cuja estruturação da rede urbana aparece em construção, com a ampla maioria no grupo de população inferior a 20 mil habitantes (54 municípios), o fator locacional desponta como importante fator geográfico na ordenação territorial e nas possibilidades de articulações urbanas que se estabelecem, principalmente, a partir de alguns pontos (cidades).

Sem a presença de um conjunto concreto de cidades médias exercendo os papéis intermediários na rede urbana, cabe a algumas cidades pequenas ampliar seus espaços de influência e construir relações com cidades hierarquicamente superiores. Há, portanto, uma configuração diferenciada na rede, redefinindo os papéis das cidades pequenas e os fluxos que, a partir delas e até elas, são estabelecidos com cidades próximas, também pequenas, e a capital estadual.

A consideração da escala geográfica é fundamental para a compreensão dos papéis que tais cidades desempenham na divisão econômica e social do trabalho. Isto significa afirmar que uma construção teórica deve estar articulada com o empírico. Para áreas com baixa densidade demográfica, como é o caso do Mato Grosso do Sul, nas quais cidades pequenas representam nós fundamentais na constituição da rede, pode-se observar a formação de verdadeiros micropolos geográficos de ligação e articulação territorial.

Considerar a composição de micropolos de ligação no estado é importante para analisar a existência de sistemas urbano-regionais que podem conformar como microrregiões integradas entre si por fluxos e circulações de qualidade e intensidade variada, as quais nem sempre são definidas por regionalizações institucionalizadas.

É necessário avançar em análises empíricas sobre a composição destes micropolos de ligação, construindo uma agenda comum de pesquisa que permita conceber teórica e metodologicamente a sua formação. Dados empíricos relacionados à qualidade e intensidade de fluxos, à escala de abrangência, à construção de uma centralidade urbano-regional, ao vigor da atividade produtiva, bem como às especificidades locais podem apresentar elementos capazes de pensar em tipologias diferenciadas de micropolos de ligação no estado.

Para o caso do Mato Grosso do Sul, o quadro base sobre a rede urbana, atrelado ao conhecimento empírico, ajudam a pensar a existência de processos endógenos que levam a articulações regionais. Os Centros de Zona "A", possuem elementos que caracterizam a influência sobre um recorte regional que permite identificá-los, hipoteticamente, como micropolo geográfico de ligação. Porém, estes possuem particularidades que devem ser especificadas, como o caso das cidades marcadas por conurbações de fronteira. Este seria um elemento importante para averiguar o papel de ligação que tais centros constroem não somente no território nacional, mas também com países vizinhos.

Determinadas cidades classificadas como Centros de Zona "B" também poderiam ser definidas como micro polos de ligação, a partir da interatividade territorial e do dinamismo e desenvolvimento local. Algumas destas cidades possuem aparelhamentos públicos e privados que contribuem para construir uma centralidade urbano-regional e redefinem os fluxos que, a partir delas e até elas se desenham, não somente no contexto micro, mas também na intermediação e articulação direta que se estabelece com a capital.

Tem-se, assim, a constituição de micropolo geográfico de ligação vinculada às dinâmicas e interações promovidas por relações horizontais, não necessariamente hierárquicas, e que propiciam condições de complementaridade, a fim de integrar-se territorialmente e de estabelecer os nexos socioeconômicos e espaciais com a cidade principal da rede urbana estadual.

Deste modo, um conjunto de cidades pequenas possui características que extrapolam os papéis que cidades com mesmo tamanho populacional assumem em áreas próximas a grandes centros econômicos e com elevada densidade demográfica. Encontram-se, aí, dois elementos fundamentais a serem considerados na identificação de cidades pequenas como micropolo geográfico de ligação: a localização geográfica e a densidade demográfica. Ambas possuem atributos significativos, resultantes de múltiplas determinações, que incidem diretamente sobre a reestruturação produtiva e a organização da ocupação do território e dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações.

No estado, de um lado, a existência de cidades gêmeas na fronteira (Corumbá, Porto Murtinho, Bela Vista, Ponta Porã, Coronel Sapucaia, Paranhos, Guaíra) e, de outro, a conformação de aglomerações urbanas, no interior do estado, marcadas por processos de conurbação (Jardim-Guia Lopes da Laguna; Aquidauana-Anastácio; Corumbá-Ladário), representam dinâmicas diferenciadas que atribuem dinâmicas e conexões diferenciadas a este conjunto de cidades. A reestruturação urbana, a dinâmica demográfica e os aspectos socioeconômicos possuem interações espaciais específicas diante deste contexto regional, cujos reflexos recaem sobre a reconfiguração da rede urbana e do papel das cidades na composição deste cenário.

Portanto, encontram-se presentes no estado, a construção de articulações em diferentes escalas que redefinem o padrão espacial das interações socioeconômicas, o que representa novos desafios ao planejamento urbano e regional e às pesquisas técnico-científicas, pois atribuem novas concepções regionais e novos significados urbanos às cidades de diferentes portes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oliveira et al. (2011), destacaram o desafio e a importância em se produzir análise sobre o estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que a literatura concernente às dinâmicas das cidades sul-mato-grossenses é tão jovem quanto o próprio estado. Assim, é preciso atentar aos esforços teóricos e técnicos que vêm sendo desenvolvidos e que contribuem para a compreensão da dinâmica urbano-regional sul-mato-grossense.

Este texto representa uma construção teórica que visa contribuir com pesquisas que versam sobre o estado de Mato Grosso do Sul. De um lado, discorrendo acerca de processos espaciais atrelados à urbanização e à regionalização do estado, apresentando novas nuances que envolvem sua dinâmica territorial. De outro, apresentando elementos que instiguem a continuidade: a necessidade de ampliar a leitura e interpretação da dinâmica urbana e regional no estado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília, 2011.

BRASIL. IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. **Cidades**. Presidente Prudente, GEU. v.1, n. 1, 2004, p. 119-46.

MISSIO, F. J.; VIEIRA, R. M. A dinâmica econômica recente do estado de Mato Grosso do Sul. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v.19, n. 3, set-dez 2014, p. 176-195.

OLIVEIRA, T. C. M. ; PAIXAO, R. O. ; YONAMINI, S. S. Mato Grosso do Sul: dinâmica urbano-regional do estado. In: Rafael Henrique Moraes Pereira; Bernardo Alves Furtado. (Org.). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: Editora do IPEA, 2011, v. 1, p. 371-398.

OLIVEIRA, T. C. M. ; SOUZA-HIGA, T. C. C. ; PAIXAO, R. O. ; MOURA, R. ; CARDOSO, N. A. . Cidades de fronteiras e rede urbana. In: Rafael Henrique Moraes Pereira; Bernardo Alves Furtado. (Org.). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: Editora do IPEA, 2011, v. 1, p. 79-95.

PERROUX, F. O conceito de Polos de Crescimento. In: SCHARTZMAN, J. **Economia Regional**. Textos Escolhidos: Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p. 145-156.

REIS, M. R. Os benefícios da criação de Mato Grosso do Sul. **Interior**. Edição Especial. Brasília, ano III, n. 20, 1977.

SILVA, W. G. Controle e domínio territorial no sul do estado de Mato Grosso: Uma análise de atuação da Cia Matte Larangeira no período de 1883 a 1937. **Agrária** n°. 15, pp. 102-125, 2011. São Paulo: FFLCH. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/issue/view/6069>. Acesso em: 01/03/2016.

SOUZA, A. de O. **Mato Grosso do Sul no contexto dos novos paradigmas de integração e desenvolvimento nacional**. Dourados: UFGD, 2008.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.